

A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

SOUSA, Maria do Bonfim Soares de ¹
MIGUEL, Gilvone Furtado²

RESUMO

A utilização da ludicidade é muito importante no trabalho com as crianças, compreendendo a aprendizagem através dos jogos e brincadeiras, contribuindo para o processo de ensino aprendizagem. Os jogos e brincadeiras são metodologias de suma importância na Educação Infantil, pois, por meio deles, as crianças desenvolvem habilidades cognitivas, afetivas, motoras, mentais entre outras. Assim compreende-se o lúdico como uma das maneiras mais eficazes de envolver o aluno nas atividades, pois a brincadeira é algo pertencente à criança, é sua forma de trabalhar, refletir e descobrir o mundo que a cerca. O objetivo deste trabalho é compreender o papel do lúdico no desenvolvimento da criança expondo, assim, sua importância metodológica para dar mais significado ao ato de educar e aprender. Observando que as atividades lúdicas assumem um papel de destaque no desenvolvimento da criança, a pesquisa teve como finalidade mostrar a importância do lúdico na educação infantil. Percebeu-se que, por vezes, o preconceito em relação às brincadeiras na sala de aula acaba por ser o maior empecilho para a utilização da ludicidade. O trabalho foi realizado através de pesquisa bibliográfica, onde buscamos autores que defendem a utilização de meios lúdicos no processo de ensino aprendizagem.

Palavras Chaves: Ludicidade. Educação Infantil. Criança.

THE IMPORTANCE OF PLAY IN CHILDHOOD EDUCATION.

ABSTRACT

The use of playfulness very important in working with children, including learning through games and play, contributing to the process of teaching learning. The games and games are important methodologies in Early Childhood Education, because through them children begin to develop cognitive, affective, motor, mental skills among others. Thus, play is understood as one of the most effective ways to involve the student in the activities, because the play is something belonging to the child, it is his way of working, reflecting and discovering the world around him. The purpose of this work is to understand the role of the playful in the development of the child exposing its methodological importance to give more meaning to the act of educating and learning. Noting that play activities play a prominent role in the development of the child, the research had the purpose of showing the importance of play in early childhood education. It is noticed that sometimes the prejudice in relation to the games in the classroom turns out to be the greatest impediment to the use of playfulness. Work was done through bibliographic research where we sought authors who defend the use of playful means in the process of teaching learning.

Keywords: Playfulness. Child Education. Child.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Licenciada em Matemática pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pós Graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica.

² Doutora em Letras e Linguística UFG-2007). Docente da UFMT.

LA IMPORTANCIA DE LA ACTIVIDAD LÚDICA EM LA EDUCACIÓN INFANTIL.

RESUMEN

El uso de las actividades lúdicas es muy importante en el trabajo con niños, entendiendo que el aprendizaje a través de juegos contribuye al proceso de enseñanza-aprendizaje. Los juegos son metodologías de suma importancia en la Educación Infantil, pues a través de ellos los niños desarrollan habilidades cognitivas, afectivas, motoras, mentales, entre otras. Así, el juego se entiende como una de las formas más efectivas de involucrar al alumno en las actividades, debido a que éste es propio de los niños en su forma de trabajar, reflexionar y descubrir el mundo que lo rodea. El objetivo de este trabajo es comprender el papel de las actividades lúdicas en el desarrollo de los niños, exponiendo así su importancia metodológica para dar más sentido al acto de educar y aprender. Al observar que las actividades lúdicas asumen un papel destacado en el desarrollo del niño, la investigación tuvo como objetivo mostrar su importancia en la educación infantil. Asimismo, se advierte que muchas veces el prejuicio en relación a los juegos en el aula resulta ser el mayor obstáculo en su uso. El trabajo se realizó a través de la recopilación bibliográfica de autores que defienden el uso de medios lúdicos en el proceso de enseñanza-aprendizaje.

Palabras Claves: Actividades Lúdicas. Educación Infantil. Niños.

INTRODUÇÃO

A pesquisa teve como objetivo entender o papel do lúdico no desenvolvimento cognitivo da criança na Educação Infantil, mostrando, assim, a sua importância metodológica para dar mais significado ao ato de educar. Dessa forma, torna-se muito importante a construção de um espaço, meios e tempo para que as crianças se desenvolvam através de atividades que lhes propiciem diferentes maneiras de alcançar o aprendizado. Nesse sentido, a escola deve oportunizar à criança condições necessárias para seu próprio desenvolvimento, ou seja, proporcionar ambientes e atividades lúdicas para o educando.

Os jogos e brincadeiras são métodos importantes na fase da Educação Infantil, pois por meio dos jogos e brincadeiras elas começam a desenvolver habilidades cognitivas, afetivas, motoras, mentais, dentre outras. Assim, compreende-se o lúdico como uma das maneiras mais eficazes de envolver o aluno nas atividades, pois a brincadeira é algo inerente à criança, é sua forma de trabalhar, refletir e descobrir o mundo que a cerca.

Verificando que as atividades lúdicas assumem um papel fundamental no desenvolvimento da criança, a pesquisa teve como finalidade mostrar a importância do lúdico na educação infantil. Destacando como os jogos e as brincadeiras podem promover o

desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor da criança. Buscou-se responder por meio de conhecimentos teóricos, de que forma, os jogos e brincadeiras podem contribuir para a formação integral da criança e que postura o professor deve adotar diante da utilização de jogos e brincadeiras no processo de ensino aprendizagem na Educação Infantil.

1.A Educação Infantil no Brasil: Bases legais

Até meados do século XIX, não existia no Brasil atendimento destinado às crianças pequenas, longe das mães, como creches ou pré-escolas. Essa situação se modificou a partir da metade do século XIX, com os movimentos operários, a migração de trabalhadores da zona rural para a zona urbana e a entrada da mulher no mercado de trabalho. A princípio, as creches e pré-escolas tinham um caráter assistencialista, visavam apenas o guardar e o cuidar da criança na falta da família. Nessa concepção, a criança era tratada como um ser frágil, indefeso e completamente dependente. Os profissionais não tinham formação e sua atuação era restrita aos cuidados básicos de higiene e regras de bom comportamento (RAMOS, 2012).

O processo de Educação Infantil no Brasil teve um avanço significativo no século XX. Atualmente, a Educação Infantil equivale a creches e pré-escolas. Conforme a legislação educacional brasileira, a educação da criança de 0 a 5 anos é considerada como a primeira etapa da Educação Básica e está integrada aos sistemas de ensino. Isso quer dizer que ela é compreendida como nível de ensino em instituições públicas e privadas.

A legitimidade da Educação Infantil encontra-se alicerçada no ordenamento legal, através da Constituição de 1988, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Posteriormente, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, promulgada em dezembro de 1996, considera a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Com base nessas leis e documentos oficiais, o Brasil passou a assumir uma nova concepção de Educação Infantil e iniciou uma nova forma de compreender a infância e enxergar a criança brasileira.

Tendo a Constituição Federal de 1988 como marco do ordenamento legal em vigor no país, apresenta-se, de forma sucinta, o que diz a legislação brasileira no que concerne à Educação Infantil. A Constituição Federal de 1988 não traz o termo Educação Infantil em seu texto, mas aborda a preocupação com o estabelecimento dos direitos sociais e o atendimento da criança menor de seis anos de idade.

A Constituição de 1988 expõe no artigo 6º que a educação e a proteção à infância são direitos sociais e que cabe ao governo brasileiro, em regime de colaboração entre todas as

entidades governamentais e em parceria com a família e a comunidade, a garantia do direito a educação como expressam os seguintes artigos:

Art. 208 – [...] IV – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de: [...] atendimento em creche e pré-escola à criança de 0 a 6 anos de idade.

Art. 211 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino. [...]

II – Os Municípios atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil.

Observa-se, que após a Constituição Federal, a criança passou a ser vista como sujeito de direitos. E, ao afirmar que a educação é um dos direitos sociais, essa deve assegurar à criança, desde o seu nascimento, ações complementares que envolvam não só a família, mas também a sociedade e o Estado.

Outro marco importante para a Educação Infantil e para os direitos das crianças foi o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8069/90), embora a lei não se refira, especificamente, ao termo Educação Infantil, mas destaca a preocupação em garantir os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros.

O ECA reafirma o direito constitucional à educação, a ser garantido à criança e ao adolescente, e o dever do Estado em assegurar-lhes o direito mediante o atendimento em creches e pré-escolas para as crianças menores de seis anos de idade.

A Lei nº 9.394 de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) trouxe, pela primeira vez, o termo Educação Infantil num instrumento legal. Foi essa lei, também, que pela primeira vez colocou a Educação Infantil como parte integrante da educação básica em nosso país:

Art 4º - [...] IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade.

[...]

Art. 21 – A educação escolar compõe-se de:

I – Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

[...]

Art. 29 - A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 - A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 – Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para acesso ao ensino fundamental (BRASIL, LDB, 1996, art. 4º, art. 29, art. 30 e art. 31).

Conforme a LDB a Educação Infantil é a “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (Art.29). Assim, compreende-se que a educação é um processo contínuo na vida e ainda uma condição de possibilidade para a criança ter infância e que a escola é um espaço privilegiado de aprendizagem para uma prática social, um lugar de cultura, de desafios, de construção de identidades.

De acordo com a lei nº 11. 274, de 6 de fevereiro de 2006, que regulamenta o Ensino Fundamental de nove anos, não caberia mais a Educação Infantil atender às crianças com seis anos de idade, essas devem ser inseridas no primeiro ano do Ensino Fundamental. Dessa forma, a Educação Infantil seria composta pelas creches, responsáveis só pelas crianças de até três anos e a pré-escola que atuaria com as crianças de quatro e cinco anos.

Outro aspecto abordado na LDB é a relação das formas de avaliação das crianças. De acordo com a lei, a avaliação nessa etapa da educação não tem a finalidade de promoção, o processo precisa considerar o percurso trilhado pelos pequenos, sem atribuir notas. Assim, a avaliação nessa fase deve levar em conta o processo educacional, baseado em informações recolhidas ao longo do tempo por meio de situações significativas no contexto das atividades realizadas pelos alunos e levando em consideração o que eles conhecem e são capazes, sem nunca serem penalizados pelo que ainda não sabem.

Assim, compreendemos que o objetivo da Educação Infantil é que as crianças atuem com liberdade, a fim de assegurar a apropriação e a construção do conhecimento de todos os envolvidos.

Em1998, o Ministério da Educação elabora um documento intitulado Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), em que o objetivo é “contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania pelas crianças brasileiras”.

O Referencial representa um avanço na busca de se estruturar melhor o papel da Educação Infantil, trazendo uma proposta que integra o cuidar e o educar, o que é hoje um dos maiores desafios da Educação Infantil.

Sua estrutura é apoiada em organização por idades e se concretiza em dois âmbitos de experiências: formação pessoal, social e conhecimento de mundo, constituídas por eixos de trabalho. Assim, conforme o RCNEI, a Educação deve propiciar à criança situações de cuidados, brincadeiras, aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento da capacidade infantil de relação interpessoal, de ser e estar com o outro em uma atitude de aceitação, respeito, confiança, e o acesso ao conhecimento mais amplo da realidade social e cultural (BRASIL,1998, p.23). Em relação às propostas pedagógicas de Educação Infantil, o documento registra que as instituições devem respeitar os seguintes princípios:

- Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades;
- Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (DNEI, 2010, p.16).

Assim, tanto as diretrizes quanto o referencial, buscam colocar as crianças como sujeitos de direito e que se desenvolvem nas múltiplas interações, as quais elas vão experimentando no mundo social. Esses documentos possuem recomendações, devem servir de referência e de fonte de decisões em relação aos fins educacionais, aos métodos de trabalho da Educação Infantil, garantindo assim sua especificidade.

2.A importância da ludicidade para o desenvolvimento da criança na Educação infantil.

A ludicidade pode ser utilizada como forma de sondar, introduzir o reforçar os conteúdos, fundamentados nos interesses que podem levar o aluno a sentir satisfação em descobrir um caminho interessante no aprendizado. Assim, o lúdico é uma ponte para auxiliar na melhoria dos resultados que os professores programam alcançar (BRASIL, 1998).

A ludicidade, tão importante para a saúde mental do ser humano, é um aspecto que merece atenção dos pais e educadores, pois é o momento para expressão mais genuína do ser, direito de toda criança para o exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e com os objetos.

Ao brincar, a criança coloca vários aspectos como símbolos sociais, linguagem e cognição em ação. Vale ressaltar que, a ludicidade é um meio pelo qual a criança consegue interagir-se umas com as outras, viverem situações, dar opinião, ditar estratégias e verificar seus erros e acertos, além disso, a criança consegue reformular sem punição a maneira de jogar e suas novas ações enquanto brinca.

Campos (2006) argumenta que o brincar e o jogar são atos indispensáveis à saúde física, emocional e intelectual e sempre estiveram presentes em qualquer povo desde os mais remotos tempos. Através deles, a criança desenvolve a linguagem, o pensamento, a socialização, a iniciativa e a autoestima, preparando-se para ser um cidadão capaz de enfrentar desafios e participar na construção de um mundo melhor. O jogo, em sua diversidade, auxilia no processo ensino-aprendizagem, no desenvolvimento psicomotor, isto é, no desenvolvimento da motricidade fina e ampla, bem como no desenvolvimento de habilidades do pensamento, a imaginação, interpretação, tomada de decisão, criatividade, levantamento de hipóteses, obtenção e organização de dados e a aplicação dos fatos e dos princípios, etc.

Para Campos (2006), a ludicidade é a mais importante das atividades da infância, pois a criança necessita brincar, jogar, criar e inventar para manter seu equilíbrio com o mundo. A importância da inserção e utilização dos brinquedos, jogos e brincadeiras na prática pedagógica é uma realidade que se impõe ao professor. Brinquedos não devem ser explorados só para lazer, mas também como elemento bastante enriquecedor para promover a aprendizagem. Através dos jogos e brincadeiras, o educando encontra apoio para superar suas dificuldades de aprendizagem, melhorando o seu relacionamento com o mundo. Assim é importante reconhecer que a ludicidade é necessária e que traz enormes contribuições para o desenvolvimento da habilidade de aprender e pensar.

A criança por meio da ludicidade desenvolve diversas potencialidades, como valores, a resistência a frustrações, a criatividade, a responsabilidade, a cooperação, a satisfação, o prazer da descoberta etc. Dessa forma as atividades lúdicas não são uma perda de tempo, ao contrário, possibilitam um enriquecimento do processo, conferindo-lhe mais qualidade.

O jogo e a brincadeira são, por si só, uma situação de aprendizagem. As regras e imaginação favorecem, à criança, comportamentos além dos habituais. A ludicidade deve ser mais explorada e valorizada pela instituição escolar e pelos professores, pois ela proporciona momentos de prazer e alegria à criança, fornecendo uma aprendizagem prazerosa, envolvendo todos os aspectos necessários no processo educativo (KISHIMOTO, 2006).

Dessa forma, compreende-se que o brincar é indispensável ao desenvolvimento físico, emocional e intelectual da criança. A valorização do conhecimento padronizado, estruturado, tecnicista, desvaloriza movimento espontâneo e natural da criança, ignora as dimensões educativas da brincadeira e do jogo como forma rica e poderosa de estimular a atividade construtiva da criança. Nesse aspecto torna-se necessário que o educador procure ampliar as vivências da criança com o ambiente físico, com brinquedos, brincadeiras e com outras crianças.

2.10 destaque da ludicidade no processo ensino aprendizagem

Piaget (2010) propõe o uso de jogos e de brincadeiras como uma maneira de despertar o interesse dos alunos, fazendo-os se apaixonarem pela leitura, pela ortografia etc. Os jogos, além de serem agradáveis e atraentes, possibilitam o desenvolvimento de algumas habilidades, tais como: atenção, memorização, observação, raciocínio, relacionamento interpessoal e habilidades motoras, entre outras. Brincando, a criança representa, simbolicamente, a realidade, interpretando-a ou conferindo-lhe novos significados. Assim, ela (re)constrói, simbolicamente a realidade, conferindo-lhe significados próprios.

Ainda segundo o autor, a criança que joga acaba desenvolvendo suas percepções, sua inteligência, suas tendências à experimentação, seus instintos sociais, ou seja, “é através da ludicidade, e a criança desde muito cedo vai se desenvolvendo e conquistando seu espaço, facilitando assim o trabalho pedagógico e a percepção dessa criança perante o mundo que a mesma está descobrindo nessa fase” (PIAGET, 2010, p. 156).

A utilização dos jogos e das brincadeiras como recursos didáticos possibilita ao aluno recuperar uma forma natural e gostosa de aprender, que lhe é muito familiar. A dinâmica lúdica traz para o processo de ensino-aprendizagem uma série de benefícios, que se traduzem no desenvolvimento:

- da cooperação e da socialização;
- da autoestima;
- de habilidades perceptivas, como a discriminação visual, auditiva e tátil; a atenção, a percepção espaço-temporal etc.;
- do raciocínio, da memória e da capacidade de concentração (PIAGET, 2010, p. 156).

O trabalho educativo deve visar ao desenvolvimento global do aluno, auxiliá-lo a posicionar-se criticamente no mundo, porém de forma prazerosa.

Nos jogos e brincadeiras o aluno utiliza diversas potencialidades, desenvolvem valores, a responsabilidade, a resistência a frustrações, a criatividade, a cooperação, a alegria, o prazer da descoberta etc. Portanto, os jogos e as brincadeiras não são uma perda de tempo, como pensam muitos professores; ao contrário, possibilitam um enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim, é preciso que o professor, compreenda a importância de promover um equilíbrio entre o brincar e o educar. As divergências em torno do jogo educativo estão relacionadas à presença concomitante de duas funções:

1. Função lúdica: o jogo propicia a diversão, o prazer e até o desprazer quando escolhido voluntariamente.
2. Função educativa: o jogo ensina qualquer coisa que complete o indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e sua apreensão do mundo (KISHIMOTO, 2006, p.19).

O equilíbrio entre as duas funções é o jogo educativo. Entretanto, o desequilíbrio provoca duas situações: não há mais ensino, há apenas jogo, quando a função lúdica predomina ou, o contrário, quando a função educativa elimina todo hedonismo, resta apenas o ensino. Torna-se necessário desse modo, fazer uma quebra com o paradigma de que o brincar é algo que não exprime seriedade e organização, mas torna-se relevante considerar que as atividades lúdicas podem acontecer em meio, ou não, ao planejamento do professor (KISHIMOTO, 2006, p.19).

Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como atenção, a imitação, memória e a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.

Por meio da ludicidade, o aluno é estimulado a desenvolver sua criatividade e não a produtividade, sendo sujeito do processo pedagógico. Por meio da brincadeira o aluno desperta o desejo do saber, a vontade de participar e a alegria da conquista. Quando a criança percebe que existe uma sistematização na proposta de uma atividade dinâmica e lúdica, a brincadeira passa a ser interessante e a concentração do aluno fica maior, assimilando os conteúdos com mais facilidade e naturalidade (KISHIMOTO, 2006).

Frente ao exposto, a liberdade de criação e acesso as fontes de cultura, concretiza-se na realização da atividade lúdica interligadas à ação educativa, pois o brincar possibilita que as habilidades infantis sejam realizadas através das ações lúdicas. Nas brincadeiras, as crianças

transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca.

O lúdico proporciona à criança a relação com o ambiente em que vive, considerando como meio de expressão e aprendizado. As atividades lúdicas possibilitam o desenvolvimento cultural, estimula a exploração e resolução de problemas, a assimilação de novos conhecimentos, o desenvolvimento da sociabilidade e da criatividade. Assim criança encontra o equilíbrio entre o real e o imaginário e tem a oportunidade de se desenvolver de maneira prazerosa (KISHIMOTO, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi de compreender questões relevantes à prática da ludicidade na Educação Infantil. A Educação Infantil é a primeira fase da educação básica do nosso país, a qual é parte importante no processo de formação de todo ser humano, uma vez que está voltada para crianças em sua fase inicial, onde sua personalidade está sendo formada e seus potenciais estão se desenvolvendo, pois ela encontra-se em processo de formação, físico, cognitivo e psicológico.

Brincar ou a jogar é atividade principal da criança. Sua importância reside no fato de ser uma ação livre, iniciada e conduzida pela criança com a finalidade de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si mesma, os outros e o mundo em que vive. Os jogos e as brincadeiras não são apenas passatempos ou meios de distração para o aluno, mas um agente facilitador de apoio à aquisição de novas aprendizagens que possibilita ao aluno o gostar de aprender de modo divertido e prazeroso.

Diante do estudo realizado, compreendeu-se que as atividades lúdicas são elementos inerentes ao universo infantil e que podem tornar o processo ensino-aprendizagem mais prazeroso, pois as atividades lúdicas auxiliam na exploração da criatividade, possibilitando a criança analisar, se expressar, criticar e transformar a realidade a sua volta. Assim, a utilização do lúdico como instrumento de ensino evidencia-se como uma atividade que rompe com barreiras disciplinares, e favorece a aprendizagem significativa do educando, proporcionando a este o seu desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcos T.P. **O brincar na educação Infantil**. In: Revista Virtual EF Artigos. Natal/RN Vol. 03. Número 01. Maio, 2005. Disponível em: <http://efartigos.atspace.org/efescolar/artigo39.html>. Acesso em: 03 set 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il.

CAMPOS, Maria Célia Rabello Malta. **A importância do jogo no processo de aprendizagem**. 2006. Disponível em: <http://www.psicopedagogia.com.br/entrevistas/entrevista.asp?entrID=39>. Acesso 29 ago. 2017.

FRIEDMANN. **Brincar na Educação Infantil**: observação, adequação e inclusão. 1ª Ed. São Paulo; Moderna; 2012.

FROEBEL, Friedrich. **Educadores e pensadores da educação**. Helmut Heiland; tradução: Ivanise Monfredini. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil**. ANAIS DO I Seminário Nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Prodil, 1994.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo da criança. Imitação, jogo, sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

_____. **A formação do símbolo da criança. Imitação, jogo, sonho, imagem e representação**. Rio de Janeiro: Zahar. 2010.